

ENTREVISTA: GILBERTO MESTRINHO

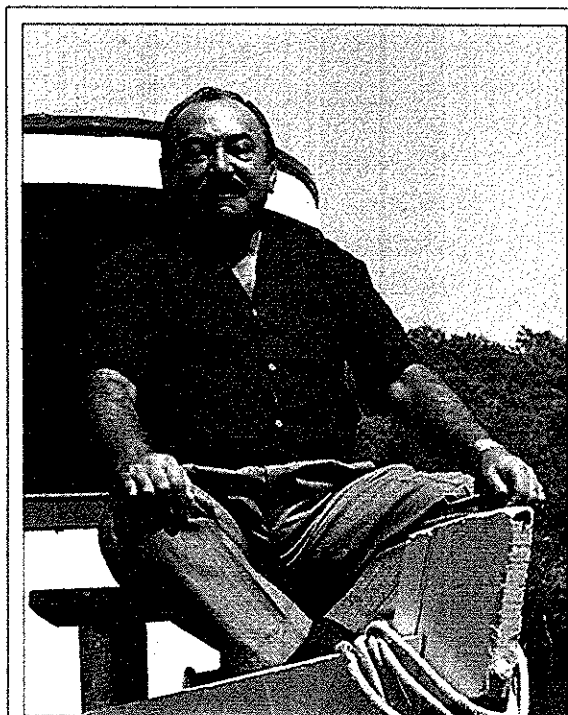
Poluição é a miséria

O governador do Amazonas inspira-se no mundo rico para defender a caça ao jacaré e diz que nem os índios gostam de viver no mato

ABNOR GONDIM

No seu terceiro mandato como governador do Amazonas, o "professor" Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, 63 anos, não perdeu o hábito de dizer o que pensa, mesmo que isso lhe cause transtornos políticos. Em 1960, no seu primeiro governo, arriscou-se a apoiar a candidatura do marechal Henrique Lott, desprezando o favorito Jânio Quadros. Saiu-se até bem. Amazonas foi um dos poucos Estados em que o marechal venceu. Em 1962, quando já se ouvia o barulho dos quartéis no rumo do golpe que derrubou João Goulart, Mestrinho enfrentou o general Augusto César Moniz de Aragão, do Grupamento Especial de Fronteira, que tentava pôr ordem num comércio. "Quem cuida da ordem pública no meu Estado sou eu, e o senhor pode voltar para o quartel", ordenou, passando a mão no revólver que carregava na cintura. Mais tarde, foi cassado e viveu quase vinte anos longe da sua terra.

Às vésperas da Rio 92, Mestrinho voltou à carga, desta vez contra os ecologistas. Há duas semanas, propôs ao Ibama a abertura de uma temporada de caça ao jacaré em Nhamundá, na fronteira do Amazonas com o Pará. Classifica os ecologistas de "sádicos" por defenderem a criação de reservas extrativistas, causa do movimento criado sob a liderança de Chico Mendes. "Querem o seringueiro na miséria, e isso eu não vou admitir no meu Estado", diz. Também promete lutar contra as reservas ecológicas e indígenas que o governo federal pensa em criar no Amazonas, um Estado que, segundo ele, tem "o menor índice de desmatamento do mundo, apenas 1,24% do seu território desde a chegada de Cabral". Caboclo do interior, Mestrinho



"Na França, caça-se veado. Na Finlândia, caça-se rena. Por que o Brasil não pode ter uma temporada de caça?"

ganhou o apelido de "professor" dando aulas de contabilidade, embora jamais tenha passado por um curso superior. Na semana passada, o governador interrompeu a maratona de contatos sobre o seu Código Amazônico, destinado a regular o desenvolvimento na região, e deu a seguinte entrevista a VEJA:

VEJA — Por que o senhor quer abrir temporada de caça aos jacarés?

MESTRINHO — Eu não tenho nada contra os jacarés. Eu tenho muito a favor do homem da Amazônia. Eu acho que o homem que vive na Tanzânia, no Quê-

nia, na Europa ou nos Estados Unidos não é mais capaz do que nós. Então por que nós não somos capazes de estabelecer no Brasil também uma temporada de caça, como acontece nesses países? Em todos os países do mundo desenvolvido e do subdesenvolvido há regulamentação para temporada de caça, estabelecendo as épocas para garantir a reprodução do animal e o tamanho comercializável para as espécies que podem ser abatidas.

VEJA — Como isso é feito?

MESTRINHO — Em outubro, começa na França a temporada de caça de perdiz, veado, javali, inclusive com propaganda na televisão. Isso também acontece na Alemanha, como ocorre na Finlândia, onde se caça rena, aquele animalzinho simpático que leva o trenó do Papai Noel. Na África, é a mesma coisa. E nós, aqui, estamos com a caça ao jacaré proibida há quase trinta anos.

VEJA — Por que a caça ao jacaré foi proibida?

MESTRINHO — Foi um lobby internacional dos comerciantes de pele e couro de animais. Esse é um comércio que movimenta por ano 7 bilhões de dólares na França, na Alemanha, nos Estados Unidos e no Japão. Fizeram o lobby alegando a defesa do animal para impedir que nós entrássemos nesse mercado e tirássemos uma boa fatia dele com peles de jacaré. Acontece que o jacaré, sendo ovíparo, tem uma proliferação fantástica, e é lógico, temos aqui um campo imenso para a proliferação da espécie nos vários rios, igarapés e lagos. O município de Nhamundá, na fronteira do Estado do Pará, é um exemplo disso. Tem lá cerca

de 2 milhões de jacarés para 20 000 habitantes. Além disso, o jacaré é um dos maiores animais e come muito peixe, tirando a alimentação do caboclo e até prejudicando um dos seus meios de obter renda. E quando o habitat fica sem o seu alimento, no caso os peixes, por causa até da proliferação da espécie, ele fica com fome, ataca os animais e ataca as pessoas. Daí é uma irracionalidade não permitir a caça ao jacaré.

VEJA — *O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Ibama, irá regulamentar essa caça ao jacaré?*

MESTRINHO — Sim. Temos a promessa de que o Ibama enviará técnicos para fazer levantamento da população de jacarés em Nhamundá, do tamanho para serem caçados, da época para a caça e a identificação com um selo do Ibama na pele de jacaré que poderá ser comercializada. Vamos dar uma nova atividade econômica ao caboclo do interior.

VEJA — *Mas os jacarés não servem para diminuir as piranhas?*

MESTRINHO — Aqui, a gente encontra mais piranha na rua do que nos rios. Os rios da Amazônia têm pouca piranha. Tem mais em Mato Grosso.

VEJA — *Os turistas poderiam também dedicar-se à caça do jacaré?*

MESTRINHO — Os turistas costumam participar da focagem de jacarés. Eles tiram fotos com os jacarés que ficam ofuscados com a luz de lanternas. Mas esses são os jacaretingas, jacarezinhos, quase de estimação. O que eu estou falando é do jacaré-açu, que chega a atingir mais de 3 metros de comprimento. O turista que quisesse caçá-lo correria o risco de ficar por lá. Mas quem quisesse se arriscar poderia fazê-lo tirando uma licença. Na Europa, o turista vai, caça e paga por espécie abatida.

VEJA — *Quanto isso deve gerar também de renda para o Estado, com a caça e a exportação do couro de jacaré?*

MESTRINHO — Não estou pensando nisso. Estou pensando é nos benefícios que isso trará ao caboclo. É que ele está sem atividade econômica no interior porque os produtos naturais perderam o valor econômico, pois os sintéticos tomaram conta do mercado. No passado, todo chiclete que o mundo consumia era feito com sorva, mas com o aparecimento do substituto sintético isso acabou. Isso aconteceu com o pau-rosa, que era usado para perfumes, e com a própria borracha.

VEJA — *O senhor defende também*

a comercialização da tartaruga na Amazônia?

MESTRINHO — Hoje, já há muito criatório de tartaruga no Amazonas, no Pará. São legais, autorizados pelo Ibama. A venda da tartaruga em restaurantes continua ilegal, mas os criatórios já foram autorizados. Já se cria tartaruga para consumo. Falta só regulamentar a venda para os restaurantes. Isso não deveria ser apenas para a tartaruga. Nós temos, aqui, muita paca, cutia e vários animais silvestres que podem ser saboreados em restaurantes. Se você vai à França, vê que em Paris há 52 restaurantes de classe especializados em caça. O principal prato na Finlândia é fígado de rena. E de vez em quando lá se fazem campanhas para abater cada vez mais

“É preciso liberar a venda de tartaruga em restaurante. Em Paris, há 52 restaurantes especializados em caça. O mundo todo come caviar, e nem por isso o caviar acabou. E ele vem da ova, que é o elemento reprodutor. Ninguém faz campanha contra o consumo de caviar. Aliás, os ecologistas adoram comer caviar”

renas, porque a floresta não tem alimentação suficiente para sustentá-las. Na Flórida mesmo houve esse problema e lá também autorizaram a caça ao jacaré.

VEJA — *O senhor já comeu tartaruga?*

MESTRINHO — Muitas vezes. Sou do interior. Aqui, em Manaus, tenho um amigo que tem um criatório e sempre que preciso peço uma tartaruga para ele. A tartaruga de criatório fica adulta em oito anos. Olha, o mundo inteiro come caviar e não acabou o caviar. Só se tira a ova, que é o elemento reprodutor, e ninguém faz campanha contra o caviar. Os ecologistas adoram comer caviar.

VEJA — *O seu Código Amazônico, pregando que os Estados devem legislar*

sobre a fauna e a flora, sustenta, no fundo, a mudança na Constituição, que diz serem esses bens patrimônio da União?

MESTRINHO — A Constituição tem um artigo que diz que ela é mutável. O homem não pode ter a presunção de fazer tudo completo. Nós queremos é ser ouvidos. Nós, da Amazônia, é que conhecemos a fundo nossos problemas. Nenhum técnico federal conhece a Amazônia melhor do que nós. O próprio Lutzenberger foi ironizado porque disse que os campos de Roraima são um exemplo da devastação da Amazônia. Ora, aqueles campos são naturais, não foram devastados por ninguém. O governo diz que estão proibidos os financiamentos para projetos agropecuários na Amazônia e ignora que os campos naturais são áreas propícias para a pecuária. E representam 70% do território do Estado de Roraima. Por que um técnico federal tem mais patriotismo, competência e consciência do que os técnicos estaduais? A população também deve ser ouvida. Quando foi criada a reserva ecológica do Jaú, há dez anos, famílias que moravam lá há décadas foram expulsas, ficaram sem nada e foram ser miseráveis na sede do município. Isso é injusto.

VEJA — *Os Estados também não são ouvidos sobre a criação de reservas indígenas?*

MESTRINHO — Também não. Eu sou favorável à demarcação das terras indígenas, desde que esteja de acordo com a verdadeira necessidade dos índios. Há pouco, no Pará, fizeram uma reserva indígena para 1 500 índios que é maior que o Kuwait. E agora querem criar uma reserva contínua para os ianomamis de 9,4 milhões de hectares. Bem, o Exército levantou apenas a existência de 3 600 ianomamis pertencentes a quatro grupos que até falam línguas diferentes. Isso dará 2 611 hectares para cada índio, o que eu acho um absurdo. Temos muito que aprender com os Estados Unidos sobre os índios. Eles entendem muito disso... Lá os índios têm direito a 28 hectares para cada um. Aqui, no Brasil, em média, cada índio tem direito a 900 hectares. Acredito que o ideal seria dar 100 hectares para cada índio.

VEJA — *O que o senhor pensa do conceito de áreas de perambulação definido pelos antropólogos para delimitar uma reserva indígena?*

MESTRINHO — Se esses índios ianomamis pudessem andar de jipe, iriam passar a vida toda andando de jipe para

conhecer a sua reserva, tamanha a imensidão. Esse negócio de área de perambulação é outra inverdade. Primeiro porque o índio não gosta de andar muito. A área de perambulação do índio se limita a uma área de 4 a 5 hectares. Eu já fiz esse teste com os ticunas, no Alto Solimões. Lá falei com um tuxaua e perguntei onde morava, onde morava seu pai e onde morou seu avô. E ele apontou uma casa perto da outra. Aí eu perguntei para ele se gosta de viver no mato, e ele disse: "Não, mato é de bicho".

VEJA — *Mas os ticunas são muito mais aculturados do que os ianomamis...*

MESTRINHO — Sim, mas eles não são tão diferentes dos ticunas, dos tucanos, dos banivas, com os quais eu fiz a mesma experiência. O que acontece é que os ianomamis existem há milhares de anos. Roraima era terra de índio, como o Rio de Janeiro também era. Mas eu duvido que o Brizola queira devolver agora o Rio de Janeiro para o Araribóia só para fazer bonito na Rio 92. O problema começou quando se descobriu ouro e cassiterita na região. Aí houve uma mobilização internacional para defender a criação da nação ianomami, envolvendo terras onde eles nunca tinham vivido, mas onde havia grande ocorrência mineral. Foi o que ocorreu com a Serra dos Surucucus, que tem uma das maiores reservas de cassiterita do mundo. Isso foi feito pelos missionários do Cimi, que não andam com a Bíblia, mas sim com um contador Geiger.

VEJA — *Aos olhos dos ecologistas, o senhor é contra a preservação dos animais e do meio ambiente. Como espera conseguir recursos do exterior para o seu projeto de construir uma cidade ecológica perto de Manaus?*

MESTRINHO — Eu conheci a Flórida antes da Disney World, no início da década de 50. Hoje, o movimento turístico lá gera 28 bilhões de dólares. Tere-mos alguma coisa semelhante perto de Manaus que estou chamando de Ecom-city. Será uma cidade onde a natureza será preservada, os turistas poderão ver os animais e terá uma excelente infraestrutura. O projeto deve custar uns 15 bilhões de dólares, tudo com investimento de particulares.

VEJA — *O que o senhor acha da Rio 92?*

MESTRINHO — Isso aí vai ser mais uma festa do que uma coisa séria. Escolheram o Brasil para realizar a conferência porque temos a Amazônia, mas a festa vai acontecer mesmo é no Rio de Janeiro.

VEJA — *O senhor não está preocupado com as discussões na Rio 92?*

MESTRINHO — O mundo está preocupado com a questão do meio ambiente. Mas o mundo sabe que os seus problemas ambientais não estão na Amazônia, que não contribui com 5% quer da poluição quer da despoluição. Quem polui são os países desenvolvidos. O que polui na Amazônia é a miséria. O mundo desenvolvido tem 400 milhões de veículos automotores e jogam na atmosfera 56% de dióxido de carbono. Seria fácil pensar em reduzir isso, mas os países desenvolvidos não querem inventar um veículo que consuma menos combustível. Isso provocaria uma redução de 50% no consumo de petróleo. E os países desenvolvidos não têm interes-

"Ser o Boto Tucuxi é um elogio. Nunca fiz nada às escondidas. Tive cinco filhos com minha primeira mulher, tive três filhos com uma moça em Roraima e outros dois com minha atual esposa. Não sou de farras, e ninguém pode me acusar de ter cantado alguma mulher em troca de favores políticos"

se nisso. Basta ver o exemplo da guerra do Golfo.

VEJA — *O senhor assumiu o apelido de "Boto Tucuxi" na campanha do ano passado. Por quê?*

MESTRINHO — O boto é um animal bastante querido pelos ribeirinhos. Jamais pensaria em fazer temporada de caça ao boto porque ele não ataca o pescador. Ao contrário, a lenda diz que o boto o avisa quando há boa pescaria e até o salva quando ele cai da canoa, levando-o para a beira do rio. No meu primeiro governo, a oposição fez carga dizendo que eu não tinha feito nada. E eu dizia que era o boto que tinha feito várias obras, lembrando a lenda de que, quando uma moça aparece no interior

com uma gravidez indesejável, diz-se que o responsável foi o boto. Quando fui eleito governador, em 1982, o Márcio Souza não sabia e escreveu um livro sobre *A Resistível Ascensão do Boto Tucuxi*. Era um elogio, na verdade.

VEJA — *Mas fala-se também que o apelido se refere aos filhos que o senhor teve no casamento e fora dele. Isso é verdade?*

MESTRINHO — Nunca fiz nada às escondidas. Tive cinco filhos com minha primeira esposa, tive três filhos com uma moça em Roraima e com minha atual esposa, Maria Emília, com quem me casei no ano passado, após 25 anos vivendo juntos, tive dois filhos, dos quais um morreu durante meu segundo governo. Não sou homem de farras, e ninguém pode me acusar de ter cantado alguma mulher em troca de favores políticos. Não sou disso.

VEJA — *O senhor tem um irmão que é dono de um cassino em Manaus, uma atividade ilegal. Por que o senhor não fecha o cassino dele?*

MESTRINHO — Quando eu voltei ao governo do Amazonas, pela segunda vez, em 1983, o cassino do Tomé já estava funcionando. E não seria eu que iria fechá-lo.

VEJA — *O senhor poderia fechar para dar o exemplo.*

MESTRINHO — Não faço demagogia. E nem sei se o cassino dele continua funcionando.

VEJA — *No livro Na Planície, do ministro Jarbas Passarinho, o senhor é acusado de ter oferecido uma propina ao então candidato a governador, em 1965, o coronel Alacid Nunes, para ajudar na compra de uma vaca na campanha. É verdade?*

MESTRINHO — Não. Eu doei 25 milhões de cruzeiros, que na época era muito dinheiro, ao Alacid para ajudá-lo na campanha, já que ele era apoiado por Passarinho. E eu tinha o maior respeito por Passarinho, que me tratou muito bem no Pará, onde eu tinha uma fábrica de cimento. Um amigo disse que o candidato de Passarinho estava precisando de dinheiro e eu ofereci essa quantia para ajudá-lo a comprar bois para a sua campanha. Foi uma ajuda desinteressada, e nunca pedi ajuda alguma nem ao Passarinho nem ao Alacid, mesmo depois de ele ser eleito governador do Pará. Vendi a fábrica por 2,5 milhões de dólares e fui reconstruir a vida no Rio de Janeiro. ■